

A DECADÊNCIA DA MONARQUIA
CONSTITUCIONAL PORTUGUESA :
FACTORES DE AFIRMAÇÃO
DO IDEÁRIO REPUBLICANO

por
VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

I

A decadência da Monarquia Constitucional Portuguesa é antes do mais, e acima de tudo, a própria decadência de um país que, tendo no seu passado momentos do mais elevado esplendor, não pôde, ou não soube, adaptar-se e acompanhar o ritmo e o sentido do desenvolvimento da Europa em que se encontrava inserido, mas de que se foi progressivamente afastando.

A medida que o século XIX se desenrola, começa a desenhar-se com nitidez o progressivo distanciamento do nosso país face às nações que lentamente se industrializam e se desenvolvem, e que, concomitantemente, vão produzir uma não menos prodigiosa revolução cultural de que nos chegarão ecos. São, pois, a consciencialização destes factos, e a assunção da nossa pequenez e impossibilidade física para a realização de tão difícil desiderato, que levarão toda uma geração a preocupar-se denodadamente com as razões da decadência nacional, fenómeno de que então se dava conta.

Como afirmou Eduardo Lourenço, « começou a doer-nos a existência portuguesa, pressentida como existência diminuída, arremedo grosseiro da existência civilizada, dinâmica »¹.

Mas esse sentimento de decadência que assolará toda a segunda metade do século XIX não é prerrogativa exclusiva da geração de Antero, e já homens de enorme craveira intelectual como Herculano e Garrett haviam tomado consciência do lento e progressivo distanciamento que se operava em relação à « civilização europeia ». Personalidades da geração liberal confrontam-se, também eles, com o problema da identidade nacional, da procura de uma explicação positiva que nos permitisse olhar como nação viável no quadro das nações desenvolvidas e civilizadas da Europa.

Alexandre Herculano, no exacto momento em que redige o romance histórico *O Bobo*, busca, afinal, a razão de ser da existência de um país, o seu quadro de referências, que o explique enquanto nação livre e capaz de evoluir no sentido do progresso real dos seus cidadãos. O recurso à « História de Portugal » como motivo patriótico, foi afinal o meio de que se serviu para resolver o problema da identidade nacional do país, questão que profundamente atingiu também Almeida Garrett. A sua obra *Viagens na Minha Terra* é o sentir a crise, uma crise que começava então a tomar forma nos mais variados campos da sociedade portuguesa. Mas é também um apelo ao carácter do povo português e àquilo que o define como entidade autónoma: a terra, os costumes, a tradição e o próprio passado, visto este através de alguns dos seus pilares fundamentais — o romanceiro e os monumentos históricos, entre outros.

Mas a geração liberal desempenha também um papel fundamental, através da influência manifesta dessas duas

¹ In Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, D. Quixote, 1978, p. 27.

figuras cívicas, em todos os principais vultos da geração de 70. Antero de Quental, expoente máximo desse grupo de contestatários, vai beber a Herculano algumas das noções fundamentais que virão a fazer parte dos seus escritos. A defesa do municipalismo como forma de combater o peso centralizante de Lisboa, o louvor da Idade Média como período de ouro da história portuguesa, ou ainda a profunda « raiva » que devota à Inquisição — fonte dos muitos males que fomentaram e apressaram a decadência, foram, entre outras, algumas das noções fundamentais apreendidas de Herculano.

Ciente da fragilidade de toda uma nação, Antero buscará no passado as razões dessa decadência tão sentida e tão apregoada, lançando o mote para as análises que se seguirão. Na sua conferência do casino sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*, se por um lado pretende enunciar as razões fulcrais, que motivaram numa época não muito distante, o início da crise nacional, que julga resultar da acção nefasta do catolicismo e jesuitismo, da política absolutista e do desenvolvimento das conquistas longínquas (não dos Descobrimentos como já alguém ousou afirmar)², por outro entendia que só a sua consciencialização por todos os portugueses, poderia levar ao reencontro de Portugal como nação, readquirindo assim o seu lugar no concerto das nações desenvolvidas e civilizadas.

Ao afirmar «... é necessário quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós (...) mas não os imitemos (...). Oponhamos ao catolicismo

² Cf. Antero de Quental, « Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos », in *Antero de Quental, Prosas Sócio-Políticas*, publicadas e apresentadas por Joel Serrão, Angra do Heroísmo, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, pp. 255-297.

a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação directa do divino pelo humano, a filosofia, a ciência e a crença no progresso (...). Oponhamos à monarquia centralizada (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um carácter radicalmente democrático (...); à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro»³, estava afinal a propor uma saída para a crise que assolava o país e que, no seu entender, somente se resolveria pela construção de uma sociedade edificada segundo novos moldes, socialista, democrática e profundamente descentralizada, muito próxima, portanto, dos modelos proudhonianos de então em voga por toda a Europa.

Mas se a crise tinha raízes profundas no devir histórico do país ela foi particularmente sentida por uma geração de personalidades atentas e preocupadas que, debruçando-se sobre os problemas reais da sociedade portuguesa, souberam detectar os profundos males que a minavam e corroíam pelos alicerces, arrastando com ela própria a monarquia. «Nunca geração portuguesa se sentira tão infeliz — tão profunda, tão sincera e equivocadamente infeliz — por descobrir que pertencia a um povo decadente, marginalizado ou automarginalizado na História e recebendo passivamente do movimento geral do que chamam extasiados a Civilização, não só máquinas, artefactos, modas, mas sobretudo ideias»⁴.

³ *Op. cit.*, p. 294.

⁴ In Eduardo Lourenço, *op. cit.*, p. 96.

Esse profundo sentimento de infelicidade advinha-lhes afinal do deplorável espectáculo que era, a seu olhos, a « choldra », a « piolheira », que levará Antero a afirmar, quando interpelado por Eça para traçar um quadro dessa mesma sociedade, que « só podia rugir, vomitar amargores, e esses rugidos e amargores sem aliviar, magoariam e contristariam outros »⁵.

Postados perante o espectro da crise económica oriunda em grande parte dos sucessivos empréstimos da « Regeneração » e da consolidação dos juros da dívida nacional sempre crescente, ou colocados face aos escândalos de uma classe política que entendiam destituída de princípios morais e de quaisquer capacidades de gestão da coisa pública, iniciaram então o seu ataque a todas as estruturas dessa sociedade que tanto abominavam.

Eça de Queirós ao longo da sua obra jamais deixará de criticar verrinosamente a política, os partidos, o sistema e, sobretudo, so seus principais intervenientes — os políticos.

Em *O Conde de Abranhos* é toda a classe política, é o próprio regime, que aí se encontram representados na pessoa de Alípio Severo, um arrivista sem escrúpulos, e sem qualidades, que à custa de expedientes vai conseguir guindar-se aos mais altos cargos de chefia da nação. Por toda a obra perpassa a crítica aos governos que não se mantêm pela solidez dos seus princípios, das suas obras, mas através da « politiquice » e dos jogos de gabinete.

Ao exclamar, através dessa personagem ridícula e mesquinha, « Eu que sou governo, fraco mas hábil, dou aparentemente a soberania ao povo, que é forte e simples. Mas, como a falta de educação o mantém na imbecilidade, e o adormecimento de consciência o amolece na indiferença, faço-o exercer essa soberania em meu proveito (...). E quanto

⁵ In Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, 5.^a ed., Porto, Livraria Chardron, 1927, p. 362.

ao seu proveito (...) adeus ó compadre!»⁶, está afinal a reproduzir com fidelidade o comportamento dos partidos enquanto poder, e a «alta consideração» que detinham pela massa anónima do povo português, precisamente a fonte da emanação daquele. A política era, assim, não a arte de bem governar os povos, mas antes a melhor maneira de, subvertendo a sua vontade, uma minoria se governar.

N'A *Ilustre Casa de Ramires* Eça dar-nos-á não só uma visão da vivência política no mundo rural, com as suas pequenas traições partidárias, os seus jogos de influência e a sua dependência do poder central, mas alertará também para a impreparação política de um povo que vota por acção dos caciques e das autoridades, afinal os meios mais eficazes utilizados por ambos os partidos nas suas disputas eleitorais.

Gonçalo, fidalgo da velha e boa nobreza portuguesa, «inclinado para os Regeneradores, porque a Regeneração representa tradicionalmente ideias de conservantismo, de elegância culta e de generosidade»⁷, não terá qualquer problema em se fazer progressista, mudança que lhe permitirá guindar-se ao cargo de deputado por Vila Clara. É pois patente que ser-se regenerador ou histórico-progressista dependia sobretudo dos interesses do momento, consoante um ou outro dos partidos se encontrasse no poder, e não de pressupostos ideológicos.

Aos partidos monárquicos, destituídos assim de um programa de reformas bem definidas e estruturadas, competia afinal a sua manumentação no poder, única forma de saciar o clientelismo político que os rodeava e que dia-a-dia

⁶ In Eça de Queiroz, *O Conde de Abranhos, Apontamentos Biográficos e Reminiscencias Intimas por Z. Zagallo, Seu Secretário Particular*, 4.^a ed., Porto, Ed. Livraria Lello, Lda., 1935.

⁷ In Eça de Queiroz, *A Ilustre Casa de Ramires*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s.d., p. 12.

se tornava mais voraz. A ironia com que Eça se refere às nomeações de bacharéis novos, históricos ou regeneradores, para os gordos lugares, ou ainda os seus comentários à acção desenvolvida pelos políticos-deputados nas suas cadeiras em S. Bento⁸, são em última instância o retrato fiel de uma classe política vazia, inapta e destituída de princípios, que lentamente conduzia o país e a monarquia ao descrédito.

A crítica ao « parlamentarismo », outro dos males do constitucionalismo que se irá agravar à medida que o século XIX vai atingindo o seu termo, vai ser também uma dominante na obra de Eça e do próprio Oliveira Martins, o que os levará mais tarde, já integrados no grupo dos « Vencidos da Vida », a defender uma solução cesarista que acabará por conduzir D. Carlos à morte.

A retórica balofa dos deputados no parlamento, com as suas longas e estéreis discussões — de que é exemplo acabado o episódio narrado por Eça no *Conde de Abranhos*, a propósito da queda do « Ministério Bexigoso » e da sua substituição pelo Ministério Cardoso Torres —, o espectáculo humilhante das cenas de tumultos e arruaças provocadas a despropósito (mas responsáveis pela ineficácia parlamentar), e ainda o adiar sucessivo das soluções tendentes à normalização da vida económica, social, política e administrativa do país, tudo contribuía assim para a descrença geral num dos organismos vitais da Nação e da monarquia, e colocava no espírito dos mais esclarecidos a pergunta que Gonçalo de *A Ilustre Casa de Ramires* faz a si próprio: « Deputado! Para quê? Para almoçar no Bragança, galgar de tipóia a ladeira de S. Bento, e dentro do sujo convento, escrever na canteira do Estado alguma carta ao seu alfaiate, bocejar com a inanidade ambiente dos homens e das ideias, e distraidamente acompanhar, em silêncio ou

⁸ Cf. Eça de Queiroz, *Op. cit.*, pp. 33 e 343.

balando, o rebanho de S. Fulgêncio, por ter desertado o rebanho idêntico ao Braz Vitorino »⁹.

Crítica mordaz, mas crítica pertinente que se debruçou ainda sobre outros campos da sociedade portuguesa de oitocentos. Diria Eça, na esteira de Descartes, que um povo existe porque pensa, e com base nessa máxima e na constatação anterioriana de que fora «sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradámos, que nos anulámos »¹⁰, propunham-se também atacar pela raiz todas as fontes do atraso cultural do nosso povo. Um governo que em seu entender mantinha a população na imbecilidade, uma Universidade cuja organização dos seus estudos — a Sebenta — se tornava a melhor garantia da ideia conservadora¹¹, eram, entre outros, alguns dos principais responsáveis pelo distanciamento cultural que cada vez mais se fazia sentir em relação à Europa. Procuravam afinal, como tão bem refere Eduardo Lourenço, «recuperar no espaço de uma vida de homem, esse atraso demencial, que segundo o diagnóstico do mais precoce dos seus génios tutelares, se cavara ao longo de três séculos, entre um povo farol de mundos, e o mesmo povo agora convertido na lanterna vermelha das nações civilizadas »¹².

Essa visão de um país que depois de crescer e atingir o auge se encontrava agora numa fase de definhamento, noção que contém em si algo de Spengleriano¹³, tão cara aos homens da geração de 70 em geral e a Oliveira Martins

⁹ In Eça de Queiroz, *Op. cit.*, p. 343.

¹⁰ In Antero de Quental, *Causas da Decadência [...]*, já cit., pp. 266-267.

¹¹ Cf. Eça de Queiroz, *O Conde de Abranhos [...]*, já cit., pp. 89-90.

¹² In Eduardo Lourenço, *Op. cit.*, p. 97.

¹³ A este propósito veja-se a obra de A. B. Machado Pires, *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Ed. U.A., 1980, pp. 91 a 116.

em particular, levá-lo-á em 1894, num artigo intitulado « Portugal » que escrevera para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, a colocar a interrogação vital: « Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas? »¹⁴.

A solução enunciada por O. Martins passa então pela descoberta da África que agora, e a exemplo do que havíamos feito com a Índia primeiro e o Brasil mais tarde, aparecia como a derradeira tábua de salvação de um país que apenas conseguira ser grande no exterior, para lá dos limites da sua pequenez estrutural. Resulta a sua concepção da constatação do peso crescente das exportações e importações de África, que então impediam no seu dizer « o eco da anarchia desaçaimada pela fome », factores que o levarão a afirmar embora que interrogativamente: « Salvar-nos-á, no século XIX, Angola, como nos salvou o Brasil no século XVIII? Caber-nos-á essa fortuna a tempo de prevenirmos o esfacelamento pela fome? Virá antes que nos assaltem complicações graves de ordem externa? N'estas perguntas, parece-me, está hoje resumido o problema português; e pouco viverá quem não lhe assistir ao desenlace »¹⁵.

Visão profética no essencial do seu conteúdo, tem no entanto que ser entendida num quadro político, económico e social muito próprio, que terá levado o autor do *Portugal Contemporâneo* a lançar esse grito de alerta que é ao mesmo tempo resultado do seu profundo conhecimento da realidade nacional — não podemos esquecer que O. Martins havia sido Ministro das Finanças após o Ultimatum —, e da incessante busca de soluções que ele e a sua geração

¹⁴ In Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 3.^a ed., Lisboa, Ed. Liv. António Maria Pereira, 1895, pp. XII-XIV.

¹⁵ In Oliveira Martins, *Op. cit.*, p. XIV.

procuraram para a resolução dos males que então atormentavam um país que era, pela pena de Damião, personagem de *A Capital*, uma « fétida lesma morta que se espapa à beira do Velho Atlântico, sob o nome desacreditado de Portugal »¹⁶. Por outro lado, esse profundo descrédito, esse « cúmulo de decadência », por todos sentidos, é o resultado em última instância do episódio da nossa história política e diplomática que mais marcou a sociedade portuguesa de fim do século, o Ultimatum, brilhantemente descrito por E. Lourenço como « o traumatismo resumo de um século de existência nacional traumatizada »¹⁷, que a partir de então marcará uma nova fase no devir da história portuguesa, caracterizada pelo misticismo nacionalista, de que habilmente se apropriaram os republicanos.

II

Enquadrado numa profunda crise económica e financeira de âmbito internacional surge em 1890 um dos acontecimentos mais marcantes da nossa história — o Ultimatum, que, como muito bem afirmou A. B. Machado Pires, « impopularizou a dinastia brigantina portuguesa, favorecendo o desenvolvimento do espírito republicano e actuando como uma chicotada no brio de uma nação que sabe que está decadente mas não gosta que lho digam daquele modo ... »¹⁸.

Com as suas raízes na Conferência Internacional de Bruxelas (também conhecida por Conferência Geográfica —

¹⁶ In Eça de Queiroz, *A Capital*, Porto, Livraria Lello e Irmão, 1943, p. 94.

¹⁷ In Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade* [...], já cit., p. 27.

¹⁸ In A. B. Machado Pires, *A Ideia de Decadência* [...], já cit., p. 195.

realizada em 1876, Portugal não participaria (dado não haver sido deliberadamente convidado) e, mais proximamente, na Conferência de Berlim de 1884, da iniciativa de Bismarck, na qual foi consagrado um novo direito público colonial, o ultimatum foi, em termos geo-políticos, o produto acabado de um conjunto de interesses envolvendo as grandes nações europeias, que então a todo o custo pretendiam criar os seus impérios ultramarinos.

Ao antigo sistema do pacto colonial, em que imperavam os direitos históricos, impõe-se agora uma nova concepção baseada numa política de efectiva ocupação, assente na presença de uma autoridade suficientemente forte para fazer respeitar os direitos adquiridos. A Conferência de Berlim consagrava assim, em definitivo, as pretensões das grandes potências europeias tendentes à ocupação dos inexplorados territórios africanos, que os portugueses por inépcia e insuficiência de meios não haviam sabido dominar.

Visando despojar o Estado Português do que restava do seu património colonial virão ainda a efectivar-se, mais tarde, outras tentativas, cujo exemplo mais flagrante foi o da Convenção Anglo-Alemã de 1898, acordo secreto que preconizava a partilha dos territórios ultramarinos portugueses caso se viesse a verificar uma mais que possível insolvência por dívidas. Pronta e decisiva se revelou então a reacção de D. Carlos que, secundado por Soveral, negociou o Tratado de Windsor em 1899, também secreto, segundo o qual a Inglaterra se comprometia a apoiar Portugal, defendendo a Metrópole e as Colónias em caso de conflito com uma terceira potência¹⁹. Era a contrapartida do apoio prestado, ou a prestar pelo nosso país no conflito que aquela mantinha com a República Sul-Africana.

¹⁹ Sobre o assunto, cf. Luiz Vieira de Castro, *D. Carlos I, Elementos de História Diplomática*, s.l., Ed. Império, 1936, pp. 36-52.

Do exposto se pode então perceber como o Mapa Cor-de-Rosa contrariava frontalmente os desígnios dessas potências, em especial da Inglaterra, tendo acabado por conduzir a uma situação de ruptura. O documento que tantos problemas causou à nação portuguesa entronca directamente na acção política do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, que havia negociado em 1886 um convénio com os alemães (20 de Dezembro), através do qual se tentava vincular esta nação a um compromisso formal de apoio ao nosso projecto colonial (ligação de Angola a Moçambique) em troca da concessão de territórios entre o Cabo Frio e o rio Cunene. Acabava-se assim por comprometer uma parcela do território ultramarino em troca de um mais que duvidoso apoio alemão.

Repudiado imediatamente pela Inglaterra, virá, após um longo e complicado período de negociações, a reclamar a sua soberania sobre as zonas do Chire, Niassa e o país dos Macololos, notificando o Estado Português a abandonar essa área.

A reacção popular não se fez esperar respondendo à intimação com tumultos anti-britânicos e anti-governamentais em nome da defesa da integridade da pátria.

Com base nesse sentimento patriótico levado às últimas consequências os Republicanos conseguirão polarizar em seu torno toda uma enorme massa populacional descontente e vexada pelos acontecimentos, mas sobretudo indignada com o comportamento dos gabinetes progressista e regenerador no período pós-Ultimatum. Conseguem assim, de forma muito hábil, fazer recair sobre a monarquia e as suas estruturas todas as responsabilidades do acontecido, inculcando no seio da população a noção de que aquela era, em última análise, a única responsável do estado deplorável da « grande pátria lusa ».

Essa identificação entre monarquia e decadência conduziria, por outro lado, e de forma inevitável, a uma outra

noção que apresentava a República como a nova fórmula de salvação nacional, a única solução que permitiria retirar o país da situação deplorável em que se encontrava. Os ataques ao Rei, ao governo e à dinastia de Bragança, perpetrados por homens como, por exemplo, Guerra Junqueiro (*Pátria; Finis Patriæ*), exprimem então o grito de revolta de uma população exaltada, ao mesmo tempo que servem de arautos das virtudes republicanas, que tão apartadas estavam do comum da população portuguesa nessa segunda metade do século XIX.

Os ideais republicanos que haviam tido como seu principal propagandista a figura de José Félix Henriques Nogueira em meados do século (*Estudos sobre a Reforma Portuguesa*, 1831; *O Município no séc. XIX*, 1856), que defendia uma República descentralizada, socialista e federalista²⁰, haviam sofrido um profundo golpe não só com a morte prematura do seu principal mentor, mas também com a expansão económica representada pelo Fontismo, que desviara o interesse da população para os negócios e as questões práticas. A ideologia republicana permaneceria assim, no seio de pequenos grupos e « clubs » de devotos republicanos, que tentarão manter acesa a chama da sua causa, mas que até ao Ultimatum, e com a única excepção do Centenário de Camões — habilmente aproveitado como símbolo patriótico — pouca importância detinham no seio do país em geral e no meio operário e campesino.

Desse período em que os republicanos se encontraram remetidos para um plano secundário da vida nacional, dá-nos Eça uma imagem bastante verosímil, ainda que algo

²⁰ Sobre este assunto veja-se *História da 1.ª República Portuguesa, Estruturas de Base*, dir. por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., pp. 534-540.

caricatural, na sua obra *A Capital*²¹. Aí nos descreve de forma magistral o comportamento desses indivíduos que, eivados da fé republicana, lançavam em forma de conspiração todas as calúnias, todas as perfídias, e as mais vis acusações sobre o governo e sobre a monarquia, afinal a causa única, em seu entender, do mal-estar do Reino. No entanto, e como refere Eça «ninguém parecia ter uma noção exacta das reformas definidas, mas todos, vagamente, confiavam que da República escorreria a felicidade pública, penetrando todas as classes, até os mais obscuros casebres, com a fecunda universalidade da luz que cai de um astro»²². O «messianismo republicano» será a partir de então e até 1910 uma constante que se irá manter sobretudo no seio das camadas populares que da república e dos seus ideais tinham apenas uma imagem mítica, tão fielmente reproduzida nas palavras do soldado implicado na revolta do 31 de Janeiro que afirma: «não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na igreja senti um calafrio assim»²³.

Mas, se este fenómeno era consequência, em parte, do desconhecimento desse mesmo ideário pela maioria dos republicanos, resultava, por outro lado, de o programa republicano desta última fase apresentar poucas diferenças do ideário da Revolução de 1820. Daí que muito naturalmente tivesse surgido essa ideia, no dizer do Prof. O. Marques, «muito messiânica, muito tradicional, muito portuguesa»²⁴.

²¹ Cf. Eça de Queiroz, *A Capital*, Porto, Liv. Lello e Irmão, 1943, pp. 356-364.

²² In *Op. cit.*, p. 360.

²³ Apud *História da 1.ª República* [...], já cit., p. 544.

²⁴ *Op. cit.*, p. 544.

Caberá a Teófilo, num período que se estende de 1879, data de publicação da obra *Soluções Positivas da República Portuguesa*, até 1891, com a vinda a público do *Manifesto e Programma do Partido Republicano Portuguez*, sistematizar esse mesmo ideário e expurgá-lo do seu conteúdo socialista, adaptando-o dessa forma à realidade social portuguesa, a fim de melhor captar as simpatias de uma pequena e média burguesia, classes que viriam a revelar-se altamente permeáveis a essa mesma ideologia, sobretudo nos meios urbanos.

Pretendia Teófilo Braga através da sua obra de ciência positiva preparar a República, de forma a que o poder político fosse exercido pelos mais capazes e não segundo critérios fundados na hereditariedade. Seria a sua filosofia positiva a educar o povo através de um debate franco e aberto de ideias. « Não mais o arbítrio desordenado da pessoa de um monarca, mas a submissão dos fenómenos sociais aos métodos e soluções científicas. É necessário submeter ao mesmo critério a política (domínio através do conhecimento científico) e torná-la uma função racional no organismo de sociedade »²⁵.

Outras noções como a igualdade, que entendia « manifestar-se no exercício comum do sufrágio e no cumprimento das obrigações à comunidade »²⁶, a liberdade, base da política racional e científica, a descentralização administrativa, ou ainda a edificação de uma república federalista, faziam parte também do corpo teórico proposto por T. Braga, que chegará à noção da absoluta incompatibilidade entre o sistema monárquico e a civilização, uma vez que, em seu entender, aquele impedia o povo de se organizar de forma racional e equilibrada.

²⁵ In Theophilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Nov. Liv. Internacional, 1879, p. 72.

²⁶ *Op. cit.*, p. 52.

Mas se Teófilo foi um dos grandes teorizadores do ideal republicano em Portugal, Guerra Junqueiro foi um dos seus panfletários de maior relevo, tal a grandiosidade dos seus ataques à monarquia e aos monárquicos, com relevo especial para as diatribes e os improperios lançados sobre a sua mais elevada personalidade, o Rei :

«Onde a grandeza, onde a pujança
do Lusitano, ao medo alheio ?
que resta enfim da nossa herança ?
Porcos da vara de Bragança,
grunhi nos túmulos ! ... dizei-o ! »²⁷

Na *Pátria*, como no *Finis Patriæ*, é a monarquia, o Rei e os políticos monárquicos que se atacam pela sua corrupção, pela sua incapacidade e incompetência política, que se acusam de provocarem a decadência da Nação, em paralelo com um constante apelo ao verdadeiro patriotismo de toda uma nação que sofre sem culpa, mas que tem forçosamente de fazer a revolução. « Já ninguém suprimirá o cancro, sem suprimir a realeza. O republicanismo não é aqui uma fórmula de direito público; é a forma extrema de salvação pública. (...) Republicano e patriota tornaram-se sinónimos. Hoje quem diz pátria, diz república »²⁸.

Tudo isto resultava em última análise do ultimatum inglês que conferia, assim à sociedade portuguesa a consciência da sua fraqueza moral e material, gerando, por outro lado, em muitos indivíduos uma profunda ânsia de mudança, em paralelo com o aparecimento e desenvolvimento de uma forte consciência nacional que irá provocar a eclosão de movimentações de carácter cívico e patriótico

²⁷ In Guerra Junqueiro, *Finis Patriæ*, 2.^a ed., Porto, Empreza Litterária e Typographica, 1891, p. 41.

²⁸ In Guerra Junqueira, *Pátria*, 2.^a ed., Porto, Livraria Chardron, 1896, p. 209.

visando responder à afronta inglesa, de que sobressaíram, pelas acções desempenhadas, a « Liga Liberal » — de características retrógradas²⁹, a « Comissão de Subscrição Nacional » e a « Liga Patriótica do Norte », no dizer de Eça de Queirós, « o derradeiro fantasma de Antero de Quental » que o teria levado a acreditar « com deslumbrado ardor em coisas inacreditáveis: — na mocidade iniciadora; na contrição dos velhos partidos pecadores; na alma quinhentista de Portugal ressurgindo; no despertar de um povo, com a vontade bem consciente, e formulada em comícios, de ser novamente esforçado e grande! »³⁰, e que contribuiria também para o seu total desencanto.

Seria ainda na prossecução de toda esta movimentação social e política, e com base no descontentamento que ia alastrando no exército, que acabaria por eclodir a tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891, o momento que significa a identificação do movimento patriótico com o movimento republicano.

Pretendia-se e clamava-se pelo estabelecimento da República, mas não havia nem um plano previamente traçado que lhes permitisse pelo menos saber com que contar depois da possível implantação do regime republicano, nem uma estratégia visando o alastrar do movimento ao resto do país.

Aproveitado o estado de profunda tensão em que se encontrava grande parte da sociedade portuguesa, não souberam ou não puderam os principais mentores e executores da revolta canalizar essa energia de forma disciplinada e lúcida.

Sufocada a rebelião e julgados os principais intervenientes (Alves da Veiga, João Chagas, etc.), de novo se seguiu uma fase de maior acalmia política. Era a bonança

²⁹ Cf. Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro, Esboço de História Política*, 2.^a ed., Lisboa, Portugália Editora, 1968, pp. 144-147.

³⁰ In Eça de Queiroz, *Notas Contemporâneas*, já cit., pp. 362-363.

que renunciava a borrasca final, inevitável na medida em que a monarquia e os seus políticos não puderam, por incapacidade ou porque a dinâmica do processo os empurrou totalmente para a revolução, alterar as suas estruturas fundamentais, emendar e expurgar os inúmeros vícios que assolavam a sociedade portuguesa, e que tão bem descritos foram na mensagem que o município do Porto enviou ao monarca, em 12 de Fevereiro de 1891, após o fracasso da revolta :

« Não basta repellir e condemnar os factos, é mister mais que tudo, inquirir das causas que os tornam possíveis e mesmo faceis. E a consciencia nacional, interrogada, responde sem hesitar que erros de muitos annos; abusivas tolerancias em toda a especie de deveres sociaes e publicos; quebras frequentes de disciplina, tanto na classe militar como em toda a ordem de serviços publicos; relaxação no cumprimento das obrigações de cada um; irresponsabilidade frequente para faltas de toda a ordem; deploraveis conplacencias acobertadas com o que abusivamente se chama a doçura dos nossos costumes, taes parecem as causas geraes que permitiram e facilitaram tão deploraveis acontecimentos. E a camara municipal do Porto, n'este momento interprete dos sentimentos da cidade, entende que faltaria ao seu dever, se não chamasse a attenção de V.M. sobre estes males, que é dever de todos os cidadãos, desde a mais elevada gerarchia à mais humilde condição, combater e destruir a todo o custo, se quizermos salvar a nossa patria do inevitavel naufragio das nações que chegam a semelhante estado. »³¹

A crise do Ultimatum, embora decisiva, não fora fulminante. Marcará, no entanto, de forma negativa os últimos anos da monarquia constitucional portuguesa, para cuja queda contribuiu decisivamente.

³¹ Apud Guerra Junqueiro, *Pátria*, já cit., pp. 225-226.

A situação política caracterizar-se-á a partir de agora por uma profunda instabilidade decorrente da pulverização dos dois grandes partidos, abalados então por dissensões internas (criação de clientelas obedientes aos vários influentes) e por defecções de relevo que, posteriormente, conduzem à alteração do xadrez partidário com a formação de novas forças políticas.

Toda esta « movimentação » radicava então em questões de ordem pessoal, fundadas na apetência pelo poder que lhes daria o acesso aos gordos e chorudos cargos, e não, como seria natural, em divergências de cariz doutrinário. É sabido que, neste campo, mesmo os dois grandes partidos rotativos se encontravam destituídos de um verdadeiro « corpo ideológico », residindo mais as suas divergências no campo prático, da aplicabilidade das soluções tendentes à resolução dos problemas quotidianos, e, sobretudo, nas próprias clientelas a que era necessário agradar com medidas compensatórias dos favores políticos dispensados.

Assistimos, pois, durante os primeiros anos do século a um fraccionamento do campo político monárquico, de par com a emergência de figuras secundárias, muitas vezes de âmbito regional e perfeitamente localizadas, fenómeno que se irá agudizar durante todo o efémero reinado de D. Manuel II.

Estas individualidades, de par com outras personalidades de relevo da vida pública nacional, irão contribuir também para lançar o descrédito sobre a monarquia, ao envolverem-se em negócios fraudulentos — de que a « Questão dos Tabacos »³² foi um dos exemplos mais flagrantes — que irão ocasionar escândalos sucessivos, fenómeno que se agravará sobremaneira após o regicídio. A sucessão destes acontecimentos contribuiria assim para a crescente descon-

³² In António Cabral, *Os Culpados da Queda da Monarchia*, Lisboa, Ed. Livraria Popular, 1946, pp. 84-85.

fiança com que os políticos em geral eram encarados pela nação. A fama do partido regenerador era tal que se afirmava em Lisboa « que quem não era regenerador era ladrão de si próprio »³³. Ser político em Portugal era então aos olhos da sociedade a mais rendosa de todas as profissões.

Não obstante a crítica situação em que se encontravam as instituições monárquicas neste período, convirá não esquecer algumas acções de vulto levadas a efeito nos vários níveis da sociedade portuguesa. Da sua obra poderemos destacar em primeiro lugar a actividade diplomática desenvolvida por D. Carlos e seus ministros visando a manutenção do nosso património ultramarino, tarefa deveras difícil e acidentada, mas mesmo assim conseguida; ainda no campo colonial é de realçar a implantação de forma efectiva do imperialismo português em África³⁴; no campo económico merece especial destaque o grande surto industrial operado a partir de 1900 e proveniente da melhoria dos meios de transporte e da facilidade de comunicações; finalmente, destacaremos também a reforma e o novo regulamento para os liceus (1894 — Jaime Moniz) e ensino técnico, bases futuras para o aparecimento das novas e modernas escolas. Daqui podemos concluir que apesar de profundamente abalada a monarquia teve ainda forças para levar a efeito algumas realizações de vulto, transformação que não foi capaz, no entanto, de realizar no campo político onde a degradação se acentuou rapidamente.

Ao mesmo tempo que se verifica a fragmentação dos partidos monárquicos e se acentua o descrédito das suas principais figuras, o P.R.P. vai-se tornando mais forte, mais coeso e mais decidido nas suas acções. Através de uma actuação sistemática da sua propaganda vai crescer ao ritmo

³³ In Raul Brandão, *Memórias*, 6.^a ed., vol. I, Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1925, p. 300.

³⁴ Miriam Halpern Pereira, *Política e Economia. Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 1979, pp. 114-115.

de constantes adesões de populares anónimos, sobretudo os centros urbanos, oriundos do seio da pequena e média burguesia, atraídos pelas promessas da propaganda republicana. Esta ascensão terá o seu ponto álgido em 1908, altura em que conseguirá arrebatat todos os lugares da câmara lisboeta, e em 1910 ao arrancar as maiorias aos monárquicos, não obstante a lei eleitoral de 1901 agregar à cidade todo um conjunto de concelhos rurais, então também profundamente republicanizados.

Mas, se os partidos monárquicos em geral atravessavam uma crise profunda, o parlamento, uma das principais instituições monárquicas, era responsabilizado por grande parte dos males que assoberbavam o país. Espelho dos partidos, aí se verificavam constantes arruaças, cenas deprimentes, fruto do desrespeito em que era tida essa instituição, vista prioritariamente como a arena do debate político, da chicana partidária, e não como o local destinado ao debate das questões de fundo tendentes à normalização da situação portuguesa. O frequente apelo ao adiamento das sessões e ao encerramento das câmaras como arma política, contribuíram também para o seu descrédito, passando a ser olhado como um elemento perturbador da vida nacional e um entrave à resolução das questões vitais do país.

Ao mesmo tempo que se acentua o descrédito das instituições monárquicas, a que não escapa o próprio Rei, assiste-se a um surto expansionista da pequena e média burguesia, com especial incidência em Lisboa e no Porto, que arrasta consigo a massa do proletariado urbano, também ele em crescimento, ainda que não ao ritmo daquela. Como consequência directa deste facto começa a ser posta em causa a estabilidade social vigente, na medida em que essa classe pretendia agora usufruir dos dividendos políticos e sociais que até aí se encontravam nas mãos da nobreza e de uma grande burguesia.

De par com este movimento, inicia-se um surto grevista, com especial incidência em Lisboa e arredores, levado a cabo pelo operariado, dada a constante degradação das condições de vida das classes laboriosas, e atestado pelo aumento da mortalidade urbana. Nota-se ainda, entre 1900-10, um lento empobrecimento do campesinato rural devido à desagregação da propriedade, à exploração de pequena dimensão e às crises de exportação para África.

A nossa economia apresentava-se então extremamente debilitada, a tal ponto que de novo começava a ameaçar os territórios ultramarinos, pretendidos pelos credores externos como garantia dos empréstimos feitos. O país confrontava-se de novo com uma dívida pública monstruosa, rondando o déficite orçamental um montante anual da ordem dos 3.000 contos. A agravar ainda mais a situação económica e social, também a nossa balança comercial com o estrangeiro se apresentava nessa altura extremamente deficitária, importando-se cerca de duas vezes mais do que se exportava.

Como nota positiva de todo este período apenas o facto de o ministério Hintze haver conseguido, com o apoio inglês, assinar o «convénio com os credores externos», onde se consignavam as nossas receitas alfandegárias, se aceitava a fiscalização estrangeira, e se estabelecia um pagamento dos juros à razão de 50 % em ouro. Aprovado em 10 de Maio de 1902 na Câmara dos Pares, terminou em definitivo com o objectivo alemão de se apropriar das nossas colónias e, ao mesmo tempo, evitou a aviltante cláusula do controle externo.

A situação deplorável a que o país e a monarquia haviam chegado impunham agora que se tomassem medidas drásticas tendentes ao saneamento da coisa pública e à moralização da vida política do país. A D. Carlos, colocado face ao balanço altamente negativo de actividade desenvolvida pelos grandes partidos rotativos no período subsequente ao Ultimatum, restará uma única alternativa: a

recorrência a uma nova força política ,combativa, recheada de individualidades prestigiadas e capaz, portanto, de operar a tão apregoada « ressurreição da Pátria ».

III

Com a queda do ministério progressista, provocada pelo escândalo do arrendamento dos Tabacos e subsequente demissão do gabinete Hintze ao fim de uns meteóricos 58 dias, consumava-se o destroçar das duas grandes forças partidárias que dominavam a cena política desde meados do século XIX.

A situação governativa dentro do quadro dos dois grandes partidos rotativos havia-se revelado inviável, o parlamento encontrava-se de tal forma aviltado pelas constantes arruaças e pela obstrução sistemática movida ao governo, que D. Carlos se viu então na obrigação de tentar uma nova experiência governativa, fora dos moldes tradicionais, que impedisse a monarquia de resvalar para o abismo, e que pudesse fazer frente ao constante crescimento do P.R.P., o qual se ia aproveitando habilmente das desinteligências, da inabilidade e da corrupção dos políticos monárquicos.

Tudo se conjugou, portanto, para a emergência política do monarca na pessoa de um governo autoritário, competente e actuante, que a partir de então, e na própria expressão de João Franco, vai pretender « caçar no terreno dos republicanos ».

O poder real que, segundo o artigo 71.º da Carta Constitucional, era a chave de toda a organização política e detinha os poderes necessários para velar sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos, começa agora a assumir uma nova dimensão. O rei vai reinar e governar, apropriando-se também de uma das principais prerrogativas dos partidos constitucionais.

Esta orientação vinha desde há algum tempo a ser preconizada por alguns dos mais insignes vultos da sociedade portuguesa, de onde se destacam Oliveira Martins, Carlos Lobo de Ávila, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão (todos eles pertencentes ao grupo designado de « Vencidos da Vida ») e tantos outros, que profundamente marcaram o reinado de D. Carlos e a sua própria concepção de poder, do parlamentarismo, e da actuação a desenvolver.

Oliveira Martins, num artigo do jornal *A Província* de 1888, clamava contra a democracia e o sistema representativo vigente afirmando que « o povo não quer governar, quer ser governado; e na nossa universal e deplorável decadência, o rei é o melhor penhor de uma tal ou qual estabilidade ds coisas (...), quando observamos, de um lado a força que há no trono, e, do outro, a esperança passiva, e a simpatia calorosa, que há no povo, desejamos sobretudo, um aperto de mão entre o rei e o povo. Basta de fórmulas, basta de garantias, basta de liberdades » (...) ³⁵.

Também Carlos Lobo de Ávila e Eça de Queirós se insurgem contra o parlamentarismo na apologia da pessoa do Rei. O primeiro afirmava no jornal *O Repórter* que « o parlamentarismo, senhor, teve o seu tempo. Havia então partidários, porque havia partidos; hoje há partidos, porque não existem partidários. Reconhecido que o sufrágio, como significado de vontade nacional, é uma utopia generosa e irrealizável, V. Magestade não pode sujeitar o governo ao capricho das votações parlamentares » ³⁶. Quanto ao segundo, escrevia, reportando-se ao início do reinado de D. Carlos, que o rei surgia « como a única força que no país vive e opera. É por isso mesmo que a autoridade vital que desde 1820 se escoara do trono e se espalhou pelas

³⁵ Apud F. A. Oliveira Martins, *D. Carlos I e os Vencidos da Vida*, Lisboa, Ed. Parceria António Maria Pereira, 1942, p. 116.

³⁶ Apud *Op. cit.*, p. 50.

instituições democráticas e pelos corpos que a encarnavam, parece refluir ao trono para nele se condensar de novo »³⁷.

Finalmente, Ramalho Ortigão ao afirmar que « o votismo e o parlamentarismo se apresentam, em Portugal pelo menos, como os agentes mais perniciosamente destrutivos de toda a competência administrativa » e ao definir « o fortalecimento do poder real ligado a um governo de organização técnica »³⁸, como a única hipótese viável em Portugal, estava afinal a lançar, juntamente com todos os outros autores referidos, a semente que acabaria por frutificar em 1906 com a tentativa de mudança operada por D. Carlos e João Franco. O próprio Oliveira Martins havia previsto a necessidade de uma ditadura « servida por homens capazes » que a não se realizar rapidamente levaria à queda do Estado³⁹. As suas palavras proféticas materializaram-se afinal com a emergência do franquismo.

É, pois, fundamentado no ideário dos « Vencidos da Vida » que D. Carlos parte para a sua última solução ministerial, e será em função desse ideal que tombará a 1 de Fevereiro de 1908.

Logo na primeira carta que dirige a João Franco, em 16 de Maio de 1906, afirmava a sua intenção « de romper a orientação política e as práticas administrativas de até hoje e seguir caminho diferente »⁴⁰. Enuncia ainda a sua intenção de acompanhar mais de perto a administração do governo através de reuniões semanais do conselho de ministros. É, afinal, a realização prática de tudo o que os autores referidos haviam preconizado. Um rei forte governando através de um político respeitado, impetuoso, que pretendia,

³⁷ Apud *Op. cit.*, pp. 46-47.

³⁸ In *O Tempo*, de 21 de Outubro de 1889.

³⁹ In *Diário de Notícias*, de 26 de Agosto de 1884.

⁴⁰ Apud João Franco Castello Branco, *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello Branco seu Ultimo Presidente do Conselho*, s.l., Aillaud e Bertrand, 1924, pp. 46-47.

segundo as suas próprias palavras, realizar pela evolução o que os republicanos pretendiam conseguir pela revolução⁴¹. Entendia como prioritária a tomada urgente de medidas de saneamento económico e financeiro, aliadas a uma gerência honesta e empenhada no saneamento da gestão pública, única forma afinal de voltar a conferir moralidade às instituições monárquicas e aos seus políticos.

O seu partido, recheado de profundos valores ainda não envolvidos na política, adepto de um novo tipo de monarquia assaz despótica e defensor do fortalecimento do poder real, advogava ainda a intervenção do estado na resolução das questões sociais, influenciado que fora pelo socialismo de estado Bismarckiano. Era pois o instrumento ideal de que se podia servir D. Carlos para evitar a republicanização crescente, tudo parecendo indicar que havia sido encontrado o rumo ideal.

Disso mesmo tiveram consciência os republicanos que de imediato se lançam em confronto aberto com o ministério, pretendendo, na opinião de um dos seus mais altos representantes — Brito Camacho —, obrigá-lo às transigências que rebaixam ou às violências que comprometem. Dado o temperamento de João Franco e os objectivos que o norteavam seria de prever que optaria pela última solução.

Inicia-se assim a experiência franquista com uma « governação à Inglesa », comprometendo-se Franco a governar com o parlamento, sem ditadura e a elaborar leis de responsabilidade ministerial, visando em última análise uma remodelação da sociedade e da vida política, a tal ponto que um dos seus maiores opositores republicanos, João Chagas, irá afirmar que « ele falava sob a monarquia como se tivesse sido implantada a república »⁴².

⁴¹ Sobre o período franquista veja-se António Cabral, *Os Culpados da Queda da Monarchia*, Lisboa, Livraria Popular, 1931.

⁴² In João Chagas, *João Franco*, Lisboa, Liv. Ferreira Editora, 1907, pp. 11 e 12.

Monárquicos e republicanos congregar-se-ão agora para derrubar um projecto político simbolizado nas duas personagens de maior relevo da vida política de então, D. Carlos e João Franco, projecto que se para o P.R.P. representava o adiar indeterminado da revolução, para aqueles marcava o fim de uma era de predomínio da política rotativista com a consequente perda das suas clientelas políticas sempre tão ávidas das benesses oriundas do poder. A este propósito convirá não esquecer que João Franco ao realizar as eleições de 1906 conseguira já a tão ambicionada legitimação do seu governo ao assegurar uma maioria confortável no parlamento, sinal afinal da profunda mobilidade eleitoral de um país que pouco tempo antes votara macissamente nos partidos tradicionais.

A 12 de Novembro de 1906, o governo franquista acabará por cometer um dos seus maiores erros políticos, ao confirmar na Câmara dos Deputados a existência de adiantamentos feitos por vários ministérios à casa real, durante o reinado de D. Carlos, e que ainda não haviam sido pagos.

O conhecimento público das irregularidades, tão necessário ao eficaz funcionamento do governo e da sua política, não fora precedido de um relatório onde se desse conta dos motivos que haviam obrigado a Casa Real a contrair essas somas, e em que se explicaria que na sua maioria eram verbas gastas com actividades diplomáticas tão necessárias ao bom relacionamento do país com o exterior, e para as quais era manifestamente insuficiente a dotação atribuída. Este erro político, habilmente aproveitado pelos republicanos, foi mais um forte contributo para a queda da monarquia, ao lançar o descrédito sobre a Casa Real e o seu detentor, agora acusado de ladrão e dissipador dos bens nacionais.

A partir de então e com a posterior eclosão dos motins na Universidade de Coimbra, que provocarão novas ondas de violência, a conjuntura política do país revela-se cada vez mais desfavorável a D. Carlos e João Franco, apenas

lhes restando como alternativa o recurso à ditadura, decisão em que terá tido muito peso o apoio decidido do monarca, que jamais regateou esforços no sentido de esta se impor. Disso são testemunho as várias missivas dirigidas pelo Rei ao seu ministro⁴³. O P.R.P. havia conduzido D. Carlos e João Franco « às violências que comprometem ».

Dissolvida a Câmara dos Deputados em 11 de Maio de 1907 inicia-se um novo período da acção governativa franquista — « governo à turca » —, caracterizado pela imposição de limitações às liberdades individuais, que rapidamente se viria a impopularizar, não espantando por isso que Júlio de Vilhena em Agosto desse mesmo ano tivesse afirmado que « a ditadura ou acaba numa revolução ou num crime ».

A D. Carlos, entendido como o esteio principal da política franquista, nada será poupado, e, desde o desvirtuamento das suas afirmações à imprensa internacional — « Questão Galtier » —, até à publicação de obras de carácter atentatório da dignidade do monarca, de que *O Marquês da Bacalhoa* é um bom exemplo, tudo servirá de pretexto para o diminuir aos olhos da opinião pública.

A sociedade portuguesa encontra-se em nítida efervescência. Movimentam-se os partidos, movimentam-se as organizações de carácter secreto ou semi-secreto, a Carbonária e a Maçonaria, movimentam-se os indivíduos de per si e, no meio de tudo isto, o governo luta desesperadamente pelo controle da situação.

É, pois, nesta conjuntura de crise social e política que deflagra a revolta de 28 de Janeiro de 1908, sufocada de imediato, mas que se irá repercutir fortemente nas acções subsequentes que levarão ao Regicídio, o qual, como tão bem afirmou Carlos Malheiro Dias, « foi a baliza trágica de um naufrágio, mantendo-se D. Manuel apenas

⁴³ Cf. João Franco Castello Branco, *Op. cit.*, pp. 84-85 e 115-118.

como um naufrago à tona de água durante três anos. (...) O seu curto reinado representou unicamente o armistício concedido pela República à Monarquia »⁴⁴.

Os republicanos, conscientes da importância de D. Carlos como elemento impulsionador de uma nova forma de governo, entenderam que só a eliminação da sua pessoa poderia evitar uma vez mais o adiamento da tão esperada revolução. O rei era afinal o último obstáculo a transpor para que o P.R.P. pudesse tomar de assalto a fortaleza monárquica não admirando por isso as afirmações proferidas no enterro do Monarca, por alguns grandes do Paço, no sentido de que juntamente com D. Carlos se enterrava também a monarquia e a Casa de Bragança. O assassinio do Rei mais do que a eliminação pura e simples da sua figura foi, em última instância, o eliminar de um projecto político que começava a fazer perigar a causa republicana, uma vez que ameaçava debelar alguns dos principais males que afectavam a monarquia constitucional portuguesa: a corrupção e o compadrio político e a gestão desequilibrada da « coisa pública ».

Concluído o reinado de D. Carlos de forma trágica, ao gabinete de João Franco, perdida toda a força que lhe provinha daquele, nada mais restava senão a demissão. Terminara a aposta de um rei enérgico e de um político honesto e competente que não haviam sido capazes, em conjunto, de se oporem à trama dos partidos rotativos e, muito menos, à forte pressão a que haviam sido sujeitos pelos republicanos.

Entrava-se agora numa fase onde a transigência com estes últimos iria ser a palavra de ordem. Caracterizar-se-á ainda este período não só pelas constantes alterações de ministérios, sujeitos tantas vezes às intrigas palacianas e

⁴⁴ In Carlos Malheiro Dias, *Do Desafio à Debandada. O Pesadelo*, vol. 1, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1912, pp. 16-17.

aos ardis políticos do velho José Luciano de Castro, mas também pela emergência de figuras secundárias — marechais políticos — que, em especial no partido regenerador, serão os responsáveis pela degradação política dessas agremiações.

O parlamento voltava a ser aquilo que fora desde há largos anos. Palavreado, retórica banal, retaliações, enfim, uma perda de tempo tão necessário à resolução das questões mais candentes. Os episódios degradantes repetiam-se diariamente, a indignação nacional e o conseqüente descrédito na instituição iam crescendo ao ritmo daqueles. Segundo a definição de um parlamentar desse tempo, António Cabral, no « Páteo das Osgas » imperava a irresponsabilidade e a falta do mínimo senso político⁴⁵.

Confrontados com a necessidade de uma fase de acalmia política, entenderam os monárquicos que só a recorência a ministérios de concentração proporcionaria essa tão pretendida acalmiação. No entanto esta medida veio a revelar-se totalmente ineficaz ao permitir apenas a formação de governos fracos, constantemente dependentes dos jogos parlamentares e das movimentações de bastidores operadas no Paço, registando-se como conseqüência um crescendo da corrupção aos mais altos níveis, em paralelo com uma paralisação quase absoluta das actividades governativas.

Pelo contrário o P.R.P. vai-se afirmando cada vez mais junto das camadas urbanas, sobretudo na capital, onde con-

⁴⁵ Para uma visão mais detalhada dos eventos históricos da denominada « Monarquia Nova » cf. Júlio de Vilhena, *Antes da República (Notas Autobiográficas)*, vol. I e II e Suplemento, Coimbra, Ed. França & Arménio, 1916 e 1918; Teixeira de Sousa, *Para a História da Revolução*, vol. I e II, Coimbra, Ed. Moura Marques e Paraíso, 1912; *A Força Pública na Revolução (Réplica ao Ex-Coronel Albuquerque)*, Coimbra, Ed. Moura Marques e Paraíso, 1913; *Responsabilidades Históricas (Política Contemporânea)*, Vols. I e II, Coimbra, Ed. França & Arménio, 1917.

seguem obter de forma estrondosa o controle de todos os lugares do município.

De novo a incompetência e a desinteligência dos monárquicos havia contribuído para o incremento da implantação dos ideais republicanos. Portugal era, a partir de agora, uma monarquia com uma capital republicana.

As sucessões ministeriais proceder-se-ão a partir de então, a um ritmo alucinante, de par com o aumento do déficit orçamental agravado ainda pela dívida flutuante do governo ao Banco de Portugal, da ordem dos 72 147 contos de réis, e pela profusão de títulos de 3 % emitidos no valor de 80 000 contos de réis. A crise financeira atingia por esta altura, segundo Júlio de Vilhena, proporções incalculáveis e era agora mais grave do que a de 1892⁴⁶, contribuindo sobremaneira para o descrédito popular nas soluções da monarquia e, sobretudo, na eficácia dos seus políticos. Para além disso, a classe dirigente é ainda a responsável por um conjunto de escândalos, de que a « Questão Hinton » e « O Escândalo do Crédito Predial » foram os mais significativos, que contribuíram de forma poderosa para desacreditar os partidos monárquicos e a própria monarquia.

A situação económica, social e política atingia agora o seu clímax com as forças afectas à monarquia envolvidas em lutas intestinas, fruto de discordâncias pessoais, preocupadas sobretudo em alcançar o poder e as consequentes benesses, jamais tentando pôr termo aos problemas reais que afectavam o quotidiano de um país à beira da ruptura.

Os republicanos, por seu lado, aguardavam cada vez mais confiantes, mais ousados nas suas acções de desmantelamento do constitucionalismo, a ponto de o próprio Machado Santos afirmar: « tudo era nosso, e a segurança no êxito era tal, que nunca vi tratar assuntos revolucionários com tanta liberdade, como por esse tempo se falava

⁴⁶ Cf. Júlio de Vilhena, *Antes da República*, já cit., pp. 289-290.

em Lisboa »⁴⁷. Tudo isto resultava, por um lado, da inépcia política e da incapacidade governativa que gerara a política do medo e da transigência, e, por outro, das actividades concertadas do « Comité Executivo de Lisboa », da « Maçonaria » e da « Carbonária ». A acção desta última, dada a disciplina que havia incutido nas massas populares dos bairros de Lisboa, foi marcante e decisiva para o evento da República.

A monarquia, desacreditada, gasta por lutas políticas intestinas, sem personalidades de real valor e sofrendo um longo processo de erosão, desmantelar-se-ia ao mais leve estremeção.

Eclodidos os acontecimentos que virão a desencadear o 5 de Outubro, os partidos monárquicos, « sem idéias, sem planos, sem convicções, incapazes, na hora do desastre, de sacrificar à monarquia ou meia libra ou uma gota de sangue, vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e perverso, analogos nas palavras, idênticos nos actos, iguais um ao outro como duas metades do mesmo zero, e não se amalgamando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no parlamento, — de não caberem todos d'uma vez na mesma sala de jantar »⁴⁸, nada fizeram pela defesa da sua causa.

Restava à República, tomada Lisboa, esperar pela adesão do resto do país. Esta não se fez esperar.

⁴⁷ In Machado Santos, *A Revolução Portuguesa, Relatório de Machado Santos, Lisboa*, Ed. Livraria e Typographia Liberty, 1911, p. 10.

⁴⁸ In Guerra Junqueiro, *Pátria*, já cit., p. 195.